

UNESCO sobre o Estatuto do Artista, e o tempo parece oportuno para revisitar e renovar a recomendação e os objectivos políticos que ela propõe.

A FIM e a FIA apelam à UNESCO para uma vez mais fazer disto uma prioridade tendo em vista a Convenção de 2005 sobre a Protecção e Promoção da Diversidade de Expressões Culturais, que recentemente entrou em vigor.

A nível Europeu, a FIM e a FIA apelam às Instituições Europeias e aos Estados-Membros para implementarem ambas as Resoluções do Parlamento Europeu, respectivamente de 9 março 1999, sobre a situação e o papel dos artistas na União Europeia, e a de 7 junho 2007 sobre o Estatuto Social dos Artistas.

Cinco recomendações de políticas-chave:

Novas estruturas legais e institucionais que se adaptem à situação atípica dos artistas-intérpretes:

A FIM e a FIA exigem aos Estados o desenvolvimento de novas estruturas legais e institucionais que tomem em consideração as condições de trabalho únicas dos artistas-intérpretes e que lhes assegurem o acesso à Segurança Social, o Seguro de Saúde e tributação e planos de pensões justos e flexíveis, independentemente das suas situações contratuais. Igualmente, cada compromisso contratual de um artista-intérprete, não obstante o seu estatuto, deverá incluir o seguro de acidente compulsório, como padrão, sem gerar custos extras para o artista. O processo pode, sempre que seja possível, ser reforçado com o diálogo internacional e a permuta de boas práticas.

Um núcleo de direitos laborais para artistas-intérpretes:

Deverá ser garantido aos artistas-intérpretes um núcleo de direitos laborais mínimos, não obstante o seu contrato de trabalho. Estes devem tomar em consideração as características específicas do sector e a necessidade de defesa do Estatuto do Artista. O objectivo deverá ser garantir um núcleo de direitos laborais para todos os artistas, empregados ou "independentes", (em particular o direito de negociar e beneficiar dos acordos coletivos). De igual modo, todos os artistas-intérpretes, incluindo aqueles que trabalham numa base autónoma ou independente, deverão ter a possibilidade de aproveitar a aprendizagem e formação ao longo da vida. A FIA e a FIM apelam aos Estados para tomarem em consideração as necessidades particulares da transição da carreira de muitos artistas-intérpretes e para desenvolverem estratégias nesse sentido, para assim manterem o maior número no mercado de emprego.

Melhorar a coordenação e a informação clara para facilitar a mobilidade:

A nível Europeu, um núcleo de condições contratuais mínimas para artistas-intérpretes num contexto transfronteiriço simplificaria extremamente os problemas em torno da mobilidade. Esta abrogagem permitiria a recolocação da dimensão Social no coração do mercado interno e limitaria discriminações entre trabalhadores « protegidos » por um contrato de emprego e aqueles sem qualquer protecção. De uma forma mais generalizada, a nível Internacional, existe uma forte necessidade de uma melhor coordenação da segurança social e dos sistemas de protecção entre os Estados, para assegurar que a mobilidade não penalize os artistas e faça com que percam os seus direitos. Está a fazer muita falta uma informação clara e detalhada a respeito da mobilidade dos artistas bem como mecanismos para centralizar tal informação de uma maneira prontamente acessível.

Uma forte protecção da propriedade intelectual para os artistas-intérpretes:

A FIA e a FIM apelam aos Estados para reconhecerem, em toda a sua extensão, o direito dos artistas-intérpretes – tanto no sector sonoro como no sector audiovisual – a terem garantida uma forte protecção da propriedade intelectual pela exploração do seu trabalho em todos os "media", podendo eles exercê-la colectivamente – independentemente do seu estatuto- para reduzir o relacionamento desequilibrado que têm individualmente com seus contratantes ou aqueles que exploram comercialmente seu trabalho.

Envolvimento dos artistas-intérpretes nas tomadas de decisão:

A FIM e a FIA exigem que seja dado aos artistas-intérpretes um lugar, nas tomadas de decisão em todas as questões referidas neste Manifesto. Os artistas-intérpretes e as organizações que os representam devem estar presentes no desenvolvimento de políticas, nos processos de tomada de decisão e na sua implementação a todos os níveis.

A FIA e a FIM estão activas e comprometidas no diálogo e trabalho político nesta área. Para mais informações aceda aos nossos websites:

FIA : www.fia-actors.com

FIM : www.fim-musicians.com

1. UNESCO. *Recommendation concerning the Status of the Artist*. October 1980. In *I. Definitions*.

Manifesto sobre o estatuto do artista

“A palavra estatuto significa, por um lado, a consideração para com os artistas, numa sociedade [...] e, por outro lado, o reconhecimento das liberdades e dos direitos, incluindo os direitos morais, económicos e sociais, aos quais os artistas têm direito.”¹

Introdução:

Quando as pessoas pensam sobre artistas-intérpretes, tendem a imaginar uma vida de fama, de encanto e de riquezas. Contudo, para a grande maioria, a profissão escolhida é precária e instável, oferecendo um rendimento variável e frequentemente inadequado. As oportunidades de emprego são irregulares e imprevisíveis, os relacionamentos contratuais atípicos e a falta de controle sobre condições de trabalho, significam que proteger o Estatuto do Artista é vital para que uma carreira como artista seja viável. Actualmente, as tendências para uma maior “flexibilidade” e mobilidade ameaçam os meios de subsistência de artistas-intérpretes. A Federação Internacional de Actores (FIA) e a Federação Internacional de Músicos (FIM) estão a enfrentar estes desafios e pretendem destacar alguns pontos sobre a vida dos artistas-intérpretes que são insuficientemente tidos em consideração. Na secção final deste Manifesto iremos também propôr o que acreditamos serem as soluções.

Alguns pequenos factos conhecidos sobre a vida dos artistas-intérpretes :

1) Já não existem empregos estáveis:

A mudança do papel do Estado dentro do campo cultural e o impacto da globalização afectaram os padrões do emprego dos artistas-intérpretes, principalmente em termos da estabilidade do emprego, substancialmente diminuída. A tendência para a privatização e para modelos de trabalho com base em projetos, significou que o tempo de duração de contratos artísticos diminuiu em geral, conduzindo a uma utilização mais freqüente de artistas com contratos de curto prazo. Igualmente, houve um aumento de artistas-intérpretes que trabalham como “freelancers” ou de forma “independente”, às vezes por razões tributárias, ou, muitas das vezes, como uma maneira de os empregadores reduzirem os custos de emprego e encargos sociais. O estatuto de « independente » é frequentemente imposto, mais do que escolhido livremente pelo artista.

2) A segurança social e as pensões são preocupações tão grande para os artistas-intérpretes, quanto para qualquer outro trabalhador:

A segurança social, os sistemas de pensão e os esquemas de tributação são frequentemente inadequados, porque não são feitos de acordo com as necessidades específicas que provêm das condições de trabalho dos artistas-intérpretes, conforme descrito acima. Isto reduz direitos legítimos (tais como o subsídio de desemprego, o seguro de saúde etc.) e faz com que as pensões sejam mais difíceis de calcular. O salário baixo dos contratos esporádicos significa que muitos artistas “independentes” lutam para conseguir ter recursos para pagar os seguros e os planos de pensões, que se vêem obrigados a providenciar eles mesmos, na ausência de um empregador, deixando-os vulneráveis, particularmente com o avanço da idade

3) Os riscos para a saúde e os acidentes ocupacionais vêm com o trabalho, mas o seguro nem sempre:

Dependendo da natureza do financiamento e do alcance dos cuidados médicos/sociais em cada país, os mesmos problemas relativos a emprego e ao estatuto da segurança social, podem significar que os artistas não possuem seguro de saúde efectivo. Dada a natureza de seu trabalho, os artistas-intérpretes encontram-se expostos a problemas de saúde ocupacional, no longo prazo ou no curto prazo. Há igualmente um risco ocupacional de acidentes e de ferimento no local de trabalho, frequentemente não cobertos

correctamente pelo seguro. Os artistas-intérpretes estão sempre muito ansiosos por trabalhar, mesmo na ausência de medidas de segurança estatutárias e contratuais adequadas e, conseqüentemente, estão extremamente expostos a tais riscos.

4) A mobilidade tem sob um preço:

A mobilidade é simplesmente parte do trabalho de muitos artistas-intérpretes – digressões e representações no exterior são importantes para a sua carreira e frequentemente uma recompensa financeira para o profissional. Igualmente promove a inspiração com o intercâmbio de tradições culturais diferentes e incentiva o diálogo intercultural e a diversidade cultural. Mas a mobilidade complica a já complexa proliferação de estatutos de emprego e de condições contratuais. O movimento entre sistemas de segurança social nacionais diferentes põe a segurança social e o subsídio de desemprego dos artistas-intérpretes em risco, por exemplo, ao interromper períodos de contribuição social. As pensões levantam um problema particular intratável, porque as contribuições pagas numa série de países podem deixar um artista com uma pensão que seja difícil de calcular e impossível de receber.

5) A liberdade de associação, a negociação coletiva e o diálogo social são vitais:

Os artistas-intérpretes são vulneráveis em relação às condições de trabalho precárias e por vezes inaceitáveis que caracterizam os sectores em que trabalham. Igualmente, embora os artistas possam ser obrigados a ter o estatuto profissional “freelancer” ou “independente” a fim de ganharem as oportunidades de emprego disponíveis, isto de nenhuma maneira reflecte um controle que possam exercer sobre suas condições de trabalho. As organizações profissionais e os sindicatos têm um papel particularmente vital na protecção do emprego e das condições de trabalho de artistas e na representação dos seus interesses em negociações coletivas.

6) A aprendizagem contínua e o apoio à transição de carreira, para os artistas-intérpretes, são inadequadas:

Para alguns artistas-intérpretes, as expectativas de carreira podem ser afectadas pela natureza da actividade artística que empreendem, porque algumas podem exigir um esforço físico considerável. Isto é particularmente verdadeiro para os bailarinos, por exemplo, muitos dos quais se aposentarão deste tipo de actividade profissional consideravelmente mais cedo do que trabalhadores de outros campos. Além disso, os artistas-intérpretes precisam de estar em forma ao longo de toda a sua carreira para manter as suas valências assim como para desenvolvê-las mais, para se adaptarem a um ambiente

sob constante mudança. Contudo, devido à falta de recursos e de facilidades disponíveis, isto nem sempre é possível. Aos artistas não são dadas oportunidades suficientes para treinar, durante todo sua carreira, assim como possibilidades de reorientação profissional para usar as suas capacidades criativas numa outra área de trabalho.

7) Os direitos de autor e de propriedade intelectual não são conceitos abstractos – eles ajudam os artistas-intérpretes a concretizar coisas:

Muitos artistas-intérpretes contam com os direitos de propriedade intelectual para defender a sua reputação profissional e para gerar um rendimento devido pela exploração de seu trabalho. Devido à natureza da indústria, enfrentam regularmente o desemprego entre trabalhos e, frequentemente, não podem confiar em outras fontes de rendimento para além das que são geradas pela utilização do seu trabalho. Contudo, muitos deles estão numa posição negocial fraca e não têm outra opção senão concordar com termos contratuais injustos que diminuem o seu rendimento e controlam a utilização do seu trabalho.

8) Os artistas-intérpretes são frequentemente excluídos de tomadas de decisão que afectam o seu sector de trabalho e os seus meios de subsistência:

Os artistas são “actores”-chave dentro das políticas que os Estados podem desenvolver para sustentar o desenvolvimento e a vibração de seu sector cultural. São fundamentais para o desenvolvimento das Artes, a todos os níveis, e são directamente afectados por todo o trabalho com vista a disseminar a cultura. Além disto, todas as áreas de política mencionadas até aqui, neste MANIFESTO, têm impacto directo nos artistas-intérpretes, afectando as suas condições de vida e profissionais, no que se refere à segurança social, subsídio de desemprego, de cuidados de saúde, etc. Está claro que as vozes dos artistas-intérpretes e das suas organizações devem ter um lugar dentro destes debates sobre política cultural, mas são frequentemente ignoradas.

A FIM e a FIA têm algumas recomendações-chave a fazer relativamente ao reforço e à renovação do Estatuto do Artista e para assegurar a sustentabilidade da carreira dos artistas-intérpretes:

À luz das questões acima destacadas, a FIM e a FIA apelam aos responsáveis pelas políticas culturais para tomarem em consideração estes problemas e para renovarem e defenderem o Estatuto do Artista com o propósito da preservação e da promoção de um sector artístico e cultural florescente. Passaram quase trinta anos desde a recomendação da